

O Programa Nacional Biblioteca da Escola e o desenvolvimento da competência leitora do aluno na linguagem quadrinística

Francisca das Chagas Nobre de Lima¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

chagasnobre@ig.com.br

Resumo

Este artigo propõe-se a discutir a importância de existir o convívio contínuo com a leitura da linguagem quadrinística para que o aluno possa ampliar a sua competência leitora, uma vez que essa linguagem foi incluída nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no Ensino Médio, com a finalidade de assegurar o acesso de alunos e professores à cultura, à formação e aos conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história da humanidade, como também para incentivar a prática da leitura nas escolas públicas brasileiras pelo Ministério da Educação. Nesse sentido, é preciso pensar uma política de formação de leitores proficientes para além do ambiente escolar, fundamentada numa concepção de leitura, como processo de interação.

Palavras-chave: *PNBE; linguagem quadrinística; competência leitora; política; formação.*

1 Introdução

A pesquisa sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o desenvolvimento da competência leitora do aluno na linguagem quadrinística propõe-se a investigar as ações norteadoras desse programa e a sua aplicabilidade na escola pública em relação às práticas de leitura dessa linguagem quadrinística no Ensino Médio e discutir a relevância de existir um convívio contínuo com a prática dessa leitura, para que o aluno possa ampliar a sua competência leitora, uma vez que tal linguagem faz-se cada vez mais presente nos livros didáticos, nas provas, exames e concursos públicos e nas práticas sociais dos estudantes, exigindo nesse sentido, letramento para ler os signos linguísticos verbais e visuais, além dela poder se constituir como fonte de prazer.

Ao delimitar o seu foco na investigação da língua em uso, essa pesquisa insere-se na área da Linguística Aplicada ao ensino de língua materna, que concebe a linguagem como prática social em circulação na situação social mais ampla, visto que a linguagem está presente no cotidiano do falante e, por isso, há um número ilimitado de atividades no qual ela é relevante, tais como: na escola, no trabalho, entre outros, já que, na contemporaneidade, o desafio é introduzir o aluno no contexto do debate ético, plural, fomentando processos de ensino e aprendizagem que levem à construção do sujeito crítico, reflexivo, autônomo, entre outros.

A partir dessa compreensão, é que optamos por desenvolver uma “[...] pesquisa qualitativa de orientação sócio-histórica” (FREITAS, 2007, p. 27), a qual encontra-se embasada em um conjunto de constituintes, como os descritos a seguir.

A fonte de dados (a constituição do *corpus*) são os documentos em geral publicados pelo Ministério da Educação e por alguns estudiosos sobre o PNBE (portaria de criação, entre outros, para se compreender como ele foi instituído em relação as suas ações norteadoras, o que tem sido viabilizado em termos de política pública de formação de leitores proficientes nas escolas públicas brasileiras, como também a necessidade de existir a formação dos profissionais da escola para trabalhar com os acervos distribuídos por esse programa, principalmente aqueles voltados para a linguagem quadrinística. Além disso, optamos por trabalhar com um questionário contendo oito questões abertas com cinco profissionais, para investigar quais são as concepções teórico-metodológicas que norteiam as práticas de leitura da linguagem quadrinística dos professores de Língua Portuguesa, de uma escola pública da rede estadual de ensino, no de Ensino Médio, nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).

Ao formular as questões propostas para esta pesquisa, procuramos compreender como os fenômenos estudados em sua complexidade têm se configurado em seu acontecimento histórico, no sentido de ir ao encontro da situação pesquisada, com a finalidade de entender melhor como a escola pesquisada e os sujeitos contidos nesse processo vêm desenvolvendo práticas de leituras com a linguagem quadrinística, no sentido de formar leitores proficientes dos signos linguísticos verbais e visuais, que devem ser lidos como enunciados, pelo fato dessa linguagem estar inserida em vários materiais didáticos utilizados no cotidiano por professores e estudantes e em várias provas de exames e concursos públicos existentes no Brasil, exigindo, assim, múltiplos letramentos.

Os processos de coleta de dados (análise de documentos sobre o PNBE e o questionário) possibilitam ao pesquisador entender melhor as variáveis identificadas neles e a partir daí realizar descrições e explicações sobre tais dados, por meio de possíveis relações entre os eventos investigados numa interação do individual com o social.

A ênfase na atividade do pesquisador deve situar-se no processo de transformação e mudança no qual acontece os fenômenos estudado em relação ao objeto pesquisado, na perspectiva de reconstruir a história de sua origem e de seu desenvolvimento.

O pesquisador é concebido como um instrumento fundamental, uma vez que sua compreensão se constrói a partir do lugar sócio-histórico no qual se situa, por meio das relações intersubjetivas que estabelece com os sujeitos com quem pesquisa.

O critério buscado nesta pesquisa não é precisão do conhecimento, porém compreender a profundidade no universo pesquisado e a participação do pesquisador e do pesquisado, uma vez que todos têm a oportunidade refletir sobre os fatos, bem como aprender e ressignificá-los, a partir de uma relação entre sujeitos constituída pela linguagem como prática social, visto que o seu campo de atuação é uma esfera social constituída pela circulação de discursos e textos.

O objeto de estudo das Ciências Humanas “[...] é o homem ser expressivo e falante” por meio de uma relação entre sujeitos mediada pela linguagem (FREITAS, 2007, apud BAKHTIN, 1997). Isso acontece porque temos a “[...] idéia de que pesquisador e sujeito da pesquisa estão em condição de intersubjetividade, onde, necessariamente, não há “eu” que não se constitua na relação com o “tu” [...]” (AMORIM, 2004, p. 89), já que o outro está imbricado nesse contexto.

Todos esses constituintes são indicadores fundamentais para que os profissionais da escola procurem estabelecer o diálogo entre teoria e prática num constructo em que um referencia o outro simultaneamente e, por conseguinte, realizem atividades de leitura que contemplem as obras quadrinísticas distribuídas pelo PNBE, visto que predomina, muitas vezes, uma visão padronizada de leitor nas suas ações educativas, o que dificulta a realização das práticas de leituras em ambiente escolar com essa linguagem, como também ainda há uma visão distorcida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre o trabalho com ela, ao concebê-la mais como um estímulo à leitura, limitado a esfera do livro, quando na verdade ela está presente em várias atividades sócio-comunicativas.

Esses aspectos remetem ao fato de que devemos compreender a leitura como um ato de construção de sentido, visto que o sujeito ao usar a linguagem não se limita somente traduzir e exteriorizar um pensamento ou transmitir informações a outrem, e sim, atuar sobre o seu interlocutor (ouvinte/leitor), logo, concebida como um lugar de interação humana, de interação comunicativa, pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores em uma dada situação comunicativa e em um contexto sócio-histórico e ideológico.

2 O Programa Nacional Biblioteca da Escola: eixos norteadores e a democratização da leitura esperada

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi instituído por meio da Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997, a qual especifica:

Art. 1º - Instituir o Programa Nacional Biblioteca da Escola, com as seguintes características básicas:

- a) aquisição de obras de literatura brasileira, textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, e de dicionários, atlas, enciclopédias e outros materiais de apoio e obras de referência;
- b) produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental;
- c) apoio e difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura;
- d) produção e difusão de materiais audiovisuais e de caráter educacional e científico.

Art. 2º - O acervo básico da Biblioteca da Escola será formado em três anos, a partir de 1997.

Art. 3º - Os recursos necessários à execução do Programa serão assegurados pelo Ministério nos orçamentos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (<http://www.abrelivros.org.br/>).

A criação dessa portaria teve a finalidade de regulamentar o funcionamento desse programa no que concerne a sua aplicabilidade nas escolas públicas brasileiras, pois ele “[...] substitui programas anteriores de incentivo à leitura e de distribuição de acervos às bibliotecas escolares implementadas pelo Ministério da Educação e Cultura desde 1983” (PEREIRA, 2006, p. 11) e vem sendo desenvolvido ao longo dos anos, na perspectiva de assegurar o convívio da comunidade escolar com a leitura e a escrita.

O PNEB integra às ações “Por Política de Formação de Leitores” desenvolvida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir de três eixos norteadores: retomar a biblioteca escolar como foco de ação; acervos de uso coletivo voltados para a ampliação das bibliotecas e espaços de leitura e atendimento universal das escolas da educação básica (PEREIRA, 2006). A regulamentação dessa política de formação de leitores encontra-se fundamentada em três volumes, nos quais são apresentados uma visão geral sobre o que contém cada um deles, como os descritos a seguir.

Volume 1 – “Por uma Política de Formação de Leitores” – contempla o que vem desenvolvendo no que concerne à leitura, ao livro e à biblioteca no processo de formação de leitores e uma discussão acerca dos dados coletados na pesquisa avaliativa do Programa Nacional Biblioteca da Escola, para compreender como tem sido realizado o trabalho com a leitura nas escolas públicas brasileiras e a partir dela repensar aspectos para que a universalização do acesso se efetive de fato nelas (BERENBLUM, 2006).

Volume 2 – “Biblioteca na Escola” – traz algumas reflexões acerca dos investimentos que o MEC tem efetuado no sentido de assegurar o acesso à leitura na escola, além de apresentar algumas proposições de atividades voltadas para o uso das obras distribuídas pelo PNBE (PEREIRA, 2006).

Volume 3 – “Dicionários em Sala de Aula” – defende a importância de os alunos ampliar os seus repertórios vocabulares na maioria das modalidades de ensino da educação básica, como uma forma de inseri-los no universo de informações e, por conseguinte, trabalhar os dicionários sob as perspectivas de livros e não como mera fonte de consulta de verbetes, o que requer o desenvolvimento de atividades fundamentadas em objetivos definidos pela comunidade escolar (RANGEL, 2006).

Portanto, a proposição do MEC é procurar assegurar à comunidade escolar, melhores condições de trabalho, como também contribuir para a efetivação de uma política de formação de leitores proficientes. Nesse sentido, o PNBE tem se constituído como um programa que visa incentivar a prática da leitura nas escolas públicas de todo o Brasil, por meio da distribuição de livros dos seguintes gêneros discursivos: poemas, contos, crônicas, teatro, texto de tradição popular, romance, memória, diário, biografia, ensaio, obras clássicas, história em quadrinhos (PEREIRA, 2006).

A seleção desses gêneros acontece através de edital público, no qual são enumerados um conjunto de constituintes (do objeto, dos prazos, das obras, da composição dos acervos, das condições de participação, dos procedimentos, do processo de avaliação e seleção das obras, da acessibilidade, do processo de habilitação, dos processos de aquisição, produção e entrega, das disposições gerais). Além disso, são adotados alguns critérios (qualidade literária do texto; adequação temática e projeto gráfico), considerando-se quatro categorias: categoria 1 – anos iniciais do Ensino Fundamental regular; categoria 2 – anos finais do Ensino Fundamental regular; categoria 3 – Ensino Médio regular; categoria 4 – anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos e categoria 5 – Educação Infantil, (PEREIRA, 2006).

O Ministério da Educação nas edições de 2000 a 2010 definiu a distribuição dos acervos de obras de referência enviados para todas as bibliotecas públicas, considerando o número de alunos matriculados, contemplando, primeiramente, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e em 2006 estendendo-a ao Ensino Médio, utilizando o Censo Escolar para determinar o número de livros a ser adquirido em cada ano, uma vez que os recursos utilizados na viabilização desse programa são assegurados pelo MEC, nos orçamentos do Fundo de Desenvolvimento da Educação (PEREIRA, 2006).

O Fundo de Desenvolvimento da Educação é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e foi criado em pela Lei no. 5.537 em 21 de novembro de 1968, com a finalidade de captar recursos financeiros para o desenvolvimento de vários programas, para assegurar a melhoria da qualidade da educação básica brasileira em todas as modalidades de ensino. Para isso, esse órgão orienta o desenvolvimento de projetos que contemplem esses objetivos, por meio de fiscalizações contínuas em relação à aplicabilidade dos recursos destinados para eles. Assim,

não é mais possível desenhar políticas educativas sem enfrentar a problemática da extrema desigualdade social existente no Brasil, sem avaliar a real oferta dos sistemas e das instituições públicas e sem se pensar nos professores como verdadeiros protagonistas da ação educacional [...]. (BRASIL, 2008a, p. 22).

Ao investir em políticas públicas de formação de leitores, é fundamental inserir no seu contexto a necessidade de formação dos profissionais da escola (professores, gestores, coordenadores, bibliotecários, entre outros) para fazer com que o convívio com a leitura se constitua enquanto prática contínua dentro e fora do ambiente escolar, pois, na contemporaneidade, ele é cada vez mais exigida em várias situações comunicativas.

Percebemos que a instituição do PNBE representa um avanço significativo em termo de política pública de formação de leitores, já que os acervos selecionados contemplam gêneros discursivos variados, o que permite a constituição de espaços de leituras diversificados em cada modalidade de ensino da educação básica, desde a implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em 2009. Porém, todos os investimentos desse programa direcionam-se de forma específica para a distribuição de obras, sem que isso se entenda a outros aspectos contidos nesse processo, como por exemplo, a preparação dos profissionais da escola para trabalhar com eles, a criação de espaços físicos e de objetos mobiliários para abrigar as bibliotecas, como também a constituição de canais efetivos para ouvir as proposições das escolas públicas brasileiras nesse sentido.

Verificamos, ainda, a importância de investir na formação dos profissionais da escola (professores, gestores, coordenadores, bibliotecários, entre outros, é constatada por meio de uma pesquisa denominada Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola desenvolvida pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação em 2005, nas cinco regiões brasileiras com 196 escolas, para investigar como as escolas públicas brasileiras vinham utilizando os acervos distribuídos pelo PNBE (BRASIL, 2008a).

Os dados coletados revelaram que, muitas vezes, as obras eram usadas para introduzir ou fixar aspectos gramaticais abordados, direcionando o foco da leitura para um foco específico: a compreensão das informações explícitas contidas nos textos, transformando-a em uma prática unilateral, o que traz desafios, pois a sua finalidade não se restringe a essa abordagem, mas deve ser concebida como algo mais abrangente, que envolve vários constituintes. O desenvolvimento dessa pesquisa foi relevante, porque através dela chegaram-se as seguintes constatações: "1) dificuldade do docente para trabalhar com os acervos; 2) falta de formação para trabalhar as obras em práticas pedagógicas e 3) falta de tempo para os professores realizarem a própria leitura dos materiais" (RAMOS, 2009, p. 39), ou seja, a ausência de uma política de formação dos educadores e de outros profissionais da escola (gestores, bibliotecários, entre outros) para colocar em prática as atividades de leituras, pois eles reconhecem que os gêneros disponibilizados são bons.

Tais elementos demonstram que é possível existir a democratização do acesso à leitura com os acervos disponibilizados pelo PNBE, apesar de ainda não ter se efetivado a preocupação em ouvir os profissionais da escola sobre o processo de distribuição, pois, muitas vezes, eles ficam encaixotados nas bibliotecas ou simplesmente expostos nas estantes delas sem nenhuma funcionalidade. Tudo isso, no entanto, sinaliza o fato de que sejam adotadas novas perspectivas para o trabalho com a leitura, porque

a leitura nem sempre é apenas prazer. Na verdade, na maioria das vezes, lemos por necessidade. Porque, por exemplo, precisamos utilizar um equipamento ou fazer um novo prato com base em uma receita; queremos saber das últimas notícias; precisamos estar atualizados em nossa área de conhecimento; precisamos obter certa informação em um determinado momento; precisamos estudar para uma prova ou concurso ou precisamos conferir um texto que escrevemos, entre inúmeros outros casos. Nesses casos, o prazer decore da consecução do objetivo que motivou a leitura. (RAMOS, 2009a, p. 39).

Essas concepções evidenciam que a atividade de leitura como produção de sentido é desenvolvida por meio de recursos variados utilizados para a construção de sentidos, tais como: o autor do texto, o seu meio de veiculação, o gênero textual, o título, entre outros, uma vez que nesse processo são acionados vários conhecimentos do leitor na produção do sentido: ativação de vivências, contexto social no qual ele está inserido, relações com o outro, valores da comunidade, além de outros.

Entendemos que a democratização do acesso à leitura esperada pelo PNBE em relação à distribuição de livros ainda não se efetivou de fato, porque as obras destinadas às escolas públicas são pouco utilizadas nas práticas educativas no processo de formação de alunos leitores e, por conseguinte, escritores. Por isso, torna-se urgente o (re)dimensionamento dos aspectos que já avançaram nesse sentido, para a partir deles ampliar os que apresentaram mais desafios, para que a comunidade escolar insira-se em um mundo constituído por múltiplas linguagens, as quais suscitam a presença de sujeitos ativos, capazes de ler e o compreender as informações contidas em diferentes gêneros discursivos.

3 O Programa Nacional Biblioteca da Escola e o desenvolvimento da competência leitora do aluno na linguagem quadrinística

O PNBE tem se constituído como um programa voltado para a formação de leitor, devido a um conjunto de fatores, dentre eles as exigências postas pela sociedade moderna, caracterizada pela velocidade da informação e relevância de existir um convívio do sujeito com as múltiplas linguagens inseridas no mundo, que precisam ser lidas como textos, nas diversas situações comunicativas permanentemente dentro em fora do ambiente escolar, visto que elas estão presentes em vários espaços.

Observamos que tais exigências desencadearam a adoção de ações urgentes por parte do poder público e da escola no sentido de formar leitores proficientes, um objetivo que vem se efetivando ainda de forma gradativa nas práticas escolares, embasado numa concepção de linguagem como prática social (BAKHTIN, 1995, 2003, 2005), que norteiam as abordagens propostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2002a), nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2008b) na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e no PCN+ Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (BRASIL, 2002b).

Esses documentos contém algumas orientações para que os professores de Língua portuguesa sistematizem o trabalho com a leitura e a escrita na escola, por meio de atividades que contribuam para a formação do aluno, com o objetivo de

que este possa utilizar a linguagem em várias situações comunicativas, visto que ela permeia toda a vida social e preenche nela um papel central na formação sócio-política e nos sistemas ideológicos. A linguagem é de natureza sócio-ideológica e como tudo “que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” (BAKHTIN, 2003, p. 31). Para esse autor, não se deve esquecer que a ideologia é um reflexo das estruturas sociais. Entre linguagem e sociedade existem relações dinâmicas e complexas que se materializam nos discursos, ou melhor, nos gêneros do discurso.

Os gêneros são aprendidos no curso da existência humana como participantes de determinado grupo social ou membro de alguma comunidade, pois toda vez que alguém se comunica o faz por meio de algum gênero do discurso, já cada esfera da atividade humana elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados. Cada gênero discursivo tem uma concepção padrão de destinatário, o qual sempre adota uma atitude responsiva, possível graças à totalidade acabada do gênero. Tal totalidade é constituída por três fatores: “o tratamento exaustivo do objeto do sentido; o intuito de querer-dizer do locutor; as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento” (BAKHTIN, 2003, p. 299), pois a linguagem está presente em todos os momentos nas práticas sociais, por meio de enunciados.

Ao concebermos a prática da leitura da linguagem quadrinística como enunciado, implica replica por parte do sujeito, uma vez que nesse processamento da leitura são acionadas várias estratégias pelo leitor para o estabelecimento de sentidos, tais como: os tipos de balões, as cores e os formatos das letras, as roupas utilizadas pelos personagens, as onomatopéias, os tempos verbais, as diferentes maneira de representar a fala, a sobreposição de vozes, as formas de apresentação dos quadrinhos (retangulares, quadradas ou circulares), entre outros.

O enunciado é concebido como elo de interação entre dois sujeitos, já que a palavra dirige-se a um interlocutor o qual não é abstrato, todavia social e ideológico, portanto, com a linguagem refletindo o que ele é (BAKHTIN, 1995). Então, a orientação da palavra em relação ao interlocutor é essencial, porque ela apresenta dupla face: procede do eu e dirige-se para o outro, por meio da interação entre locutor e ouvinte, através da materialização da palavra como signo socialmente construído.

Os contextos sociais estão cercados de palavras e, impulsionados pela agilidade de informação e de comunicação, bem como cheio de imagens que conduzem os sujeitos a re-elaborar constantemente as formas de leitura. Diante de tal cenário, verifica-se que as imagens ajudam na aprendizagem, sejam como recursos para prender a atenção do aluno, sejam como informação complementar ao texto verbal, pois uma linguagem não se sobrepõe a outra, porém se complementam, interagem.

A partir da crescente preocupação com o visual e outras formas de linguagem presentes na comunicação, a noção de letramento tem sofrido modificações. Se até bem pouco significava saber ler e escrever, hoje essa noção procura incluir a habilidade de lidar com a multiplicidade e integração de todos os modos de fazer sentido que acompanham as mudanças no mundo. Nesse sentido, é cada vez mais frequente o uso da linguagem quadrinística nos diversos materiais didáticos utilizados em sala de aula, nos quais o aluno vai ter que coordenar um complexo

sistema de atividades que integra o texto verbal oral, o texto verbal escrito e o texto visual.

A mudança em relação a essa concepção só aconteceu a partir do momento no qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20/12/1996, contemplou a relevância de que fossem inseridas múltiplas linguagens no Ensino Fundamental e Médio, por meio da implementação do PNBE. É, portanto, no ano de 2009, que pela primeira vez, esse tipo de leitura é introduzido na educação brasileira em nível de Ensino Médio (VERGUEIRO e RAMOS, 2009a), embora só tenham vindo quatro obras nesse sentido.

Outro fator importante é a necessidade de repensar-se os pressupostos estabelecidos pelo PNBE no período de 2006 a 2009, para a seleção das HQs, a partir da adoção de critérios genéricos quanto a sua escolha já evidenciados nos editais de 2009 e 2010, contendo novas perspectivas, as quais apresentam pontos positivos (respeito à configuração do gênero) e negativos (a concepção de que as HQs são um gênero literário), já que tal escolha é realizada por pesquisadores da área de teoria literária e ensino de literatura (VERGUEIRO E RAMOS, 2009a).

Os pressupostos estabelecidos nesses editais do PNBE apresentam alguns problemas em relação aos critérios de seleção, pois considerar as HQs como literatura traz implicações para a própria noção desse gênero, ou seja, é estabelecido um rótulo academicista privilegiado (o literário) e um desconhecimento acerca da área dos quadrinhos, um gênero constituído por uma manifestação artística autônoma como os demais gêneros publicados no mercado, constituída por mecanismos próprios, por meio da interconexão da várias formas de linguagens dos signos linguísticos nela existentes, pois "As histórias em quadrinhos vêm há mais de um século encantando leitores de todo o mundo" (VERGUEIRO e RAMOS, 2009b, p. 11), porque elas têm uma magia especial.

A falta de clareza contida nos editais do PNBE antes de 2006 depende da concepção de leitor adotada pelo professor para o trabalho com a leitura dos gêneros dos quadrinhos, gerando com isso limites em relação ao uso de "[...] outras práticas de leitura em ambiente escolar" (VERGUEIRO e RAMOS, 2009a, p. 39), inclusive as HQs, transformando-as em algo desmotivador. Nesse sentido, o convívio do aluno com a prática da leitura quadrinística é fundamental para que eles possam perceber que os usos deles estão relacionados com a esfera na qual eles são produzidos, atendo-se à diversidade e à pluralidade de tais gêneros, o que implica pensar a linguagem como presença, por meio da interação verbal, através das construções dialógicas (RAMA et al, 2009).

Por conseguinte, é preciso existir uma "alfabetização" (VERGUEIRO, 2009), para que o aluno consiga compreender as múltiplas mensagens neles presentes e também para que o professor obtenha melhores resultados em sua utilização, ou seja, é fundamental ter letramento para ler os seus constituintes como linguagem enquanto enunciado, pelo fato deles conterem aspectos sociointeracionais. Nesse sentido,

as histórias em quadrinhos também passaram a ser utilizadas em sala de aula e ganharam espaços em muitos livros didáticos. Até exames vestibulares (a Unicamp constantemente usa quadrinhos em suas questões) e o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) se apropriaram do recurso. (RAMOS, 2009a, p. 65-66).

A linguagem quadrinística tem se constituído de forma significativa dentro e fora da esfera escolar e, por isso, ela não pode mais ser negligenciada (MACHADO, 2003), como também estava presente no concurso vestibular executado pela Comissão Permanente do Vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (COMPERVE) e em outros concursos públicos para a Prefeitura Municipal do Natal (2008) e Prefeitura Municipal de Parnamirim (2009), os quais também contemplavam o domínio da competência leitora da linguagem quadrinística pelo aluno e professor, já que eles deveriam responder às questões propostas (grifo meu).

Dessa forma, identificamos que há uma presença constante da leitura da linguagem quadrinística nas atuais provas e concursos em diferentes níveis, exigindo que professores e alunos tenham letramento para lê-los enquanto linguagem híbrida, como também nas páginas dos livros didáticos constituídas por informações ilustrativas, verdadeiras criações artísticas, que os conduzem a fazer uma leitura sedutora, mas também se apresentam assim para competir no mercado pedagógico comercial.

A comunidade escolar, portanto, precisa compreender a “[...] a importância do uso das HQs na sala de aula, para o desenvolvimento de um leitor mais proficiente)” (ANDRADE e ALEXANDRE, 2008, p. 95), já que ele precisa ativar uma série de conhecimentos e competências para compreender os elementos verbais e visuais presentes nela (diferenças e semelhanças) nem sempre entendidas por ele, pois os sentidos são construídos por uma sucessão de etapas inferidas durante a leitura, o que implica um trabalho interrelacionado entre os signos verbais e visuais (RAMA et al, 2009).

Assim, para que o convívio com a linguagem quadrinística vá se efetivando na prática da leitura no contexto da sala de aula, é fundamental que ela seja desenvolvida continuamente nas aulas de Língua Portuguesa e em outras áreas do conhecimento, para que avance no sentido de formar leitores proficientes, uma exigência crescente no mundo contemporâneo. Para isso, a proposição é que aconteça um trabalho integrado entre essas áreas, respeitando-se as caracterizações dessa linguagem, por meio da estruturação de uma “sequência didática” (um conjunto de etapas desenvolvido com o gênero), porque ela contribui para que o aluno aprenda as especificidades inerentes a cada gênero discursivo), segundo (SCHNEUWLY e DOLZ, 2004).

As etapas contempladas nessa “sequência didática” (SCHNEUWLY e DOLZ, 2004) são: a) apresentação inicial – é a construção da situação de comunicação e atividade de linguagem a ser desenvolvida com o gênero selecionado; b) produção inicial – tentativa de elaboração do texto oral ou escrito individual ou coletivamente, ou seja, o encontro inicial com o gênero; c) os módulos – possibilitam aos educandos e educadores os instrumentos essenciais para superar possíveis problemas durante trabalho desenvolvido, ou seja, as etapas a ser percorridas ao longo do desenvolvimento das atividades com o gênero, o que constitui a organização de um cronograma seqüencial a ser executado do princípio ao fim e d) produção final – momento no qual o aluno colocará em prática os conhecimentos adquiridos durante as atividades desenvolvidas com o gênero. Através dessa produção, o professor poderá analisar e compreender quais foram as

possíveis dificuldades enfrentadas na sequência trabalhada e, por conseguinte, redimensionar algumas etapas a serem desenvolvida novamente.

Devemos compreender que o texto é constituído por várias vozes, através das quais é possível garantir o discurso do outro, o seu posicionamento ideológico. Para isso, o leitor deve compreender como os discursos sociais são reveladores de valores ideológicos no que diz respeito à linguagem quadrinística, por meio de vários elementos: legenda (a qual, na maioria das vezes, tem a função de mesclar a voz do narrador com a dos personagens); a cor (as diferentes representações que ela atribuir à leitura através da mudança nos tons e formatos das letras); a nota de rodapé (existente nas revistas dos super-heróis) (RAMOS, 2009b).

Tudo isso revela a relevância de existir o (re)dimensionamento do trabalho com a prática da leitura da linguagem quadrinística no Ensino Médio, transformando-a em algo permanente, por meio de um processo de descobertas variadas: fonte de prazer, informação, conhecimento, que vai se estruturando a partir de uma relação de pertencimento do leitor com o texto e a obra lida. Portanto, deve-se compreender a leitura como um ato de construção de sentido, uma vez que o sujeito ao usar a linguagem não se limita somente traduzir e exteriorizar um pensamento ou transmitir informações a outrem, e sim, atuar sobre o seu interlocutor (ouvinte/leitor).

4 A formação do professor de Língua Portuguesa para a prática de leitura da linguagem quadrinística

Sabemos que a formação do professor na esfera acadêmica ainda está voltada, muitas vezes, para a orientação teórica, isto é, para uma visão mais ampla sobre os pressupostos que fundamental a abordagem das disciplinas obrigatórias e complementares do currículo de cada curso, especialmente o de Letras para a habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas. Mas, isso vem sendo modificado ao longo dos anos, com o objetivo de que haja a práxis entre teoria e prática, uma vez que uma referenda a outra. Essa mudança surgiu a partir da necessidade de conceber-se o ensino da língua materna em uso, utilizado por falantes reais nas suas práticas sociais, nas diversas situações comunicativas, nas quais eles estão inseridos.

Identificamos que na formação inicial e permanente do educador de Língua Portuguesa devem ser concebidas novas perspectivas, considerando-se a sua identidade, os desafios enfrentados por ele nas suas práticas educativas, entre outros aspectos (GUEDES, 2006). Todas essas mudanças são fundamentais, porque há a necessidade de o professor refletir sobre a prática da aula de portuguesa, especialmente em relação às práticas de leitura e escrita, à medida que assumiu-se a dimensão interacional da linguagem, a partir da qual a comunicação passa a ser mediada (ANTUNES, 2003).

Ao conceber que a situação comunicativa é mediada pela linguagem e, por isso, o professor de Língua Portuguesa precisa fundamentar a sua prática educativa numa “[...] concepção de linguagem como interação entre sujeitos em sociedade (sociointeracionista) implica uma crença na capacidade dos sujeitos sociais de criar ou construir contextos (construcionistas), de forma sempre renovada, inovadora

[...]”(KLEIMAN, 2006, p. 25-26), pois ela é quem o orientará nas ações a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem da língua materna.

Ao fundamentar a sua prática em uma concepção de linguagem, o docente começa a entender que a função da escola é ensinar a língua padrão – o seu principal objetivo é ensiná-lo, e, por isso, é preciso criar mecanismos para que ela realmente seja aprendida no que concerne à realização das práticas de leitura e escrita no contexto escolar e fora dele também, pois o estudante precisa ler e conhecer uma variedade de gêneros discursivos existentes no seu processo de formação educativo, especificamente a prática de leitura da linguagem quadrinística.

O desenvolvimento de atividades voltadas para a prática de leitura da linguagem quadrinística deve estar embasado em três princípios fundamentais: 1) “o caminho do leitor” – respeitar o repertório já constituído pelo aluno nas suas vivências; 2) “o circuito do livro” – haver momentos nos quais o convívio com a leitura de diferentes gêneros vai se efetivando na vida do estudante, principalmente por meio de troca de obras entre eles, pois a partir daí começam a ser construídos espaços de leituras em sala de aula, como também é necessário incentivá-los a frequentar a biblioteca escolar, entre outros e 3) “não há leitura qualitativa no leitor de um livro” – é fundamental que o professor propicie frequentemente, a maior variedade de leituras dentro e forma do ambiente escolar, considerando-se a singularidade do leitor (GERALDI, 2006).

Todos esses constituintes abordados remetem ao fato de que é fundamental existir a formação, principalmente do professor de Língua Portuguesa para desenvolver práticas pedagógicas com outros materiais que não sejam o livro didático, pois as práticas de leitura não podem ficar limitadas somente a esse recurso didático, porque ele é apenas um meio orientador para o educador organizar o seu planejamento diário e, assim, existe a necessidade de que sejam selecionados gêneros discursivos variados, para que o aluno tenha um convívio contínuo com a leitura em diferentes situações comunicativas nas quais ele está inserido.

5 Considerações finais

A opção pelo desenvolvimento desta pesquisa teve o objetivo de investigar o Programa Nacional Biblioteca da Escola e os acervos distribuídos por ele, principalmente a linguagem quadrinística voltada para o Ensino Médio, em relação ao seu uso nas práticas educativas, como também a importância de existir a formação dos profissionais das escolas públicas, para que aconteça de fato a realização de uma política de formação de leitores proficientes no ambiente escolar e fora dele.

A partir daí verificamos a urgência de a prática de leitura da linguagem quadrinística vá se efetivando no contexto escolar, através da apropriação de estratégias de leitura diversificadas, visto que essa linguagem agora está presente nos livros didáticos e em diversos tipos de avaliação e concursos públicos em diferentes níveis, exigindo que sejam postas em práticas novas concepções de leitura dessa linguagem na escola.

As escolhas desenvolvidas pelo leitor nas práticas de leituras são mobilizadas passam necessariamente, pela (res)significação delas na escola, pois elas devem favorecer situações em sala de aula nas quais o aluno sintá-se à vontade para expressar suas opiniões, seus pontos de vista e seus sentimentos; compartilhar com os colegas a busca de soluções para problemas surgidos com um determinado conteúdo, com o professor, com o programa ou com os colegas; respeitar e fazer respeitar diferenças de opinião; ter iniciativa e cooperar com os colegas; compreender que há explicações diversas para um mesmo fenômeno observado; relacionar os temas estudados com a sua vivência; ser incentivado a buscar novas informações, entre outros.

Essas exigências, contudo, deparam-se com alguns desafios para serem postas em prática, como por exemplo, a falta de tempo para esses profissionais da escola, especificamente os de Língua Portuguesa conhecerem as obras, o fato de ainda predominar uma visão padronizada de leitor em alguns documentos produzidos pelo MEC, o qual dificulta o trabalho com as práticas de leituras dessa linguagem em ambientes escolares; a necessidade de existir a criação de espaço físico para abrigar bibliotecas; a constituição de canais efetivos com essas instituições de ensino, para ouvir as estratégias apresentadas, visando à elaboração de um referencial que oriente melhor como isso pode ir se efetivando na prática desses profissionais.

Consequentemente, a comunidade escolar deve se perguntar sobre as suas responsabilidades de frente a esse mundo mudado, de como responder aos novos desafios, de como propiciar à sala de aula uma pedagogia das novas relações entre educandos e educadores e outra percepção das intercomplementaridades dos saberes, independentemente da fase da vida na qual o leitor realize tal leitura ela é relevante, porque esse convívio se configura como um processo de compreensão sobre a composição dos gêneros em relação aos seus aspectos linguísticos verbais e visuais, considerando-se que a linguagem quadrinística tem se constituído de forma contínua em diversas práticas discursivas dentro e fora do ambiente escolar nas suas práticas sociais.

Referências bibliográficas

- AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- ANDRADE, Carlos; ALEXANDRE, Sílvio (orgs.). **Prática de escrita: histórias em quadrinhos**. São Paulo: Labmind Editora, selo Terracola, 2008.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. (Série Aula; 1).
- BAKHTIN, Mikahail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BERENBLUM, Andréa. **Por uma política de formação de leitores**. Elaboração Andréa Berenblum, Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio** /SEF. Brasília: MEC, 2008b.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio** /SEF. Brasília: MEC, 2002a.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Linguagens, códigos e suas tecnologias. **PCN+Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares Nacionais**/SEF. Brasília: MEC, 2002b.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras**/Secretaria de Educação Básica, Coordenação Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berumbum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008a.

FREITAS, Maria Teresa de A. **A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento** In: FREITAS, Maria Teresa, SOUZA, Solange Jobim & KRAMER, Sônia. **Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2007.

GERALDI, João Wanderley. **Prática da leitura na sala de aula**. In: GERALDI, João Wanderley (org). O texto na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 88-99.

GUEDES, Paulo Coimbra. **A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Estratégias de ensino; 4).

KLEIMAN, Angela. **Leitura e prática social no desenvolvimento de competência no ensino médio**. In: BUNZEN, Clécio e MENDONÇA, Márcia (orgs.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 23-36.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MACHADO, Anna Raquel. **Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos**. In: DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Raquel, BEZERRA, Maria Auxiliadora. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucrnia, 2003, p. 194-207.

PEREIRA, Andréa Kluge. **Biblioteca na escola**. Elaboração Andréa Kluge Pereira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Básica, 2006.

RAMA, Ângela et al. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009. (Coleção como usar na sala de aula).

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009a.

_____. **Quadrinhos em aulas de Língua Portuguesa**. In: RAMA, Ângela et al. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009b, p. 65-85. (Coleção como usar na sala de aula).

RANGEL, Ergon de Oliveira. **Dicionários em sala de aula**/elaboração Egon de Oliveira Rangel, Marcos Bagno. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

VERGUEIRO, Waldomiro e RAMOS, Paulo. **Quadrinhos na educação: da rejeição à prática**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____ (orgs.). **Muito além dos quadrinhos:** análise e reflexões sobre a 9ª arte. In: VERGUEIRO, Waldomiro e RAMOS, Paulo. São Paulo: Devir, 2009b, p. 7-12.

VERGUEIRO, Waldomiro. **A Linguagem dos quadrinhos:** uma "alfabetização" necessária. In: RAMA, Ângela et al. Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009a, p. 31-64 (Coleção como usar na sala de aula).

Webgrafia

http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com_content&view=article&id=44:portaria-no-584-de-28-de-abril-de-1997&catid=20:legislacao&Itemid=31, acesso em 20/08/2010.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/>, acesso em 20/08/2010.